

# SED-SC

Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

## **SUPERVISOR ESCOLAR**

- ✓ Conhecimentos Gerais
- ✓ Noções de Informática
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 794/SED/2026



Conteúdo de acordo  
com o Edital nº 794/SED/2026  
Questões gabaritadas  
da FURB



Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

**SED-SC**

**Supervisor Escolar**

# APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Supervisor Escolar de acordo com o Edital nº 794/2026, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. (SED-SC).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FURB*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



# AVISO IMPORTANTE

## ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

### **POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS.....	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO .....	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO CATARINENSE.....	15
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DIREITO À EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO INTEGRAL E CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA .....	16
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI N.º 9.394/1996) E SUAS ALTERAÇÕES .....	29
ESTRUTURA, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ....	29
■ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	32
■ PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA: METAS, ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	34
■ LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 170/1998: SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA.....	36
■ MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	42
■ LEGISLAÇÃO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA E SUA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	45
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO: FUNDAMENTOS LEGAIS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS .....	48
■ REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA ....	51
DIREITOS .....	51
DEVERES .....	57
Responsabilidades.....	57
REGIME DISCIPLINAR .....	58
■ ESTATUTO E O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CATARINENSE .....	60
■ CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO .....	62
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR .....	65
COMPETÊNCIAS GERAIS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	65

■ PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	77
■ CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE .....	79
PRINCÍPIOS.....	79
ESTRUTURA .....	79
ARTICULAÇÃO COM A BNCC.....	80
■ CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	80
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA .....	81
ITINERÁRIOS FORMATIVOS E TRILHAS DE APROFUNDAMENTO.....	81
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR VIGENTE .....	82
■ EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	82
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS .....	82
NORMAS ESTADUAIS VIGENTES .....	83
■ INTEGRAÇÃO CURRICULAR: INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	84
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES, INDICADORES EDUCACIONAIS E USO DOS RESULTADOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE.....	87
■ PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR .....	91
■ DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO INTEGRAL .....	93
■ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PRINCÍPIOS, MARCOS NORMATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES .....	95
EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	96
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	97
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA : ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	98
DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: COMBATE AO RACISMO, VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	99
■ EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO .....	100
■ DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA, LINGUÍSTICA E SOCIOCULTURAL .....	101
RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DE EQUIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR .....	101
■ INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE .....	102

■	<b>DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PARA TODOS.....</b>	<b>103</b>
■	<b>CONVIVÊNCIA ESCOLAR, CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO E PRÁTICAS RESTAURATIVAS .....</b>	<b>104</b>
■	<b>SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, BEM-ESTAR E TRABALHO INTERSETORIAL.....</b>	<b>106</b>
■	<b>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>107</b>
■	<b>TECNOLOGIAS, INOVAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>109</b>
	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	109
■	<b>CULTURA DIGITAL, LETRAMENTO DIGITAL E CIDADANIA DIGITAL: HABILIDADES, RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO CRÍTICA.....</b>	<b>110</b>
■	<b>USO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DE PLATAFORMAS, AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS.....</b>	<b>113</b>
■	<b>ENSINO HÍBRIDO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: MODELOS, REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÕES .....</b>	<b>115</b>
■	<b>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: APLICAÇÕES ÉTICAS E POTENCIAL TRANSFORMADOR NO ENSINO E NA GESTÃO.....</b>	<b>117</b>
■	<b>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E GOVERNANÇA DIGITAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL .....</b>	<b>119</b>
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD.....	119
■	<b>INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO E NA SOCIEDADE .....</b>	<b>139</b>
■	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTEXTOS.....</b>	<b>140</b>
	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	141
	Legalidade .....	142
	Impessoalidade.....	142
	Moralidade.....	143
	Publicidade.....	143
	Eficiência .....	144
■	<b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>144</b>
	DEVERES .....	145
	CONFLITO DE INTERESSES .....	146
	INTEGRIDADE.....	146

TRANSPARÊNCIA .....	147
RESPONSABILIDADE.....	147
■ LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: TRANSPARÊNCIA ATIVA, PASSIVA E SIGILO .....	147
■ RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO.....	168
■ ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL .....	174
■ GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVA.....	188
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	205
■ CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS E APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES.....	205
■ SISTEMAS OPERACIONAIS .....	248
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS .....	249
■ CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS À INTERNET .....	278
■ PLATAFORMAS CORPORATIVAS DE COLABORAÇÃO .....	288
■ MÍDIAS SOCIAIS.....	314
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	325
■ FUNDAMENTOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR.....	325
HISTÓRICO.....	325
LEGISLAÇÃO .....	325
CONCEPÇÕES .....	326
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS.....	326
■ SUPERVISÃO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DOCENTE.....	326
■ OBSERVAÇÃO DE AULAS, ANÁLISE DE PRÁTICAS, DEVOLUTIVA QUALIFICADA E PLANO DE DESENVOLVIMENTO .....	328
■ PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO CURRICULAR .....	329
METODOLOGIAS DE PLANEJAMENTO COLETIVO, AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO EM AÇÃO E REPLANEJAMENTO BASEADO EM EVIDÊNCIAS .....	329
■ COORDENAÇÃO DE EQUIPES PEDAGÓGICAS .....	332

FACILITAÇÃO DE REUNIÕES, GESTÃO DO TEMPO PEDAGÓGICO E CULTURA COLABORATIVA .....	332
■ ANÁLISE E SELEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS: CRITÉRIOS PEDAGÓGICOS, COERÊNCIA CONCEITUAL E DIVERSIDADE DE RECURSOS .....	333
■ AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DIAGNÓSTICO PEDAGÓGICO .....	335
COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS PARA PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE MELHORIA.....	335
■ INTEGRAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DOS CONTEÚDOS: PROGRESSÃO, ARTICULAÇÃO ENTRE ANOS E ÁREAS E ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR .....	336
■ GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA: ORGANIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).....	338
■ ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: GRUPOS DE ESTUDO, COMUNIDADES DE PRÁTICA E PESQUISA-AÇÃO .....	338
■ ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS NOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM .....	339
■ COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO: PRINCÍPIOS, LINGUAGEM CIDADÃ E QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO .....	340
■ GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS: IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE, TRATAMENTO E MONITORAMENTO NO SETOR PÚBLICO .....	342
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL: FASES, PRAZOS, RECURSOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES .....	344
■ FEDERALISMO BRASILEIRO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....	346
DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS .....	346
■ RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS .....	347
■ GOVERNO ABERTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE EXTERNO .....	348
MECANISMOS, INSTÂNCIAS E RESPONSABILIDADES .....	348
■ SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA .....	350
CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL.....	350
■ GESTÃO DE CRISES.....	351
CONTINUIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS: FUNDAMENTOS, PROTOCOLOS E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	351



# CONHECIMENTOS GERAIS

## FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

**Art. 205** *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

**Art. 206** *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
  - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
  - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
  - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*
  - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
  - VII - garantia de padrão de qualidade;*
  - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;*
  - IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)*

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade<sup>1</sup> entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

**Art. 207** *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.*

*§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.*

*§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.*

### Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

**Art. 208** *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;*
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

<sup>1</sup> Não pode ser separado nem desunido.

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS E APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES

MICROSOFT WORD: PROCESSAMENTO DE TEXTOS AVANÇADO



Logo do Microsoft Word.

### Edição e Formatação de Textos

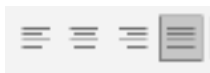
A edição e formatação de textos no Microsoft Word envolvem a manipulação do conteúdo textual, como a inserção de novas informações, a exclusão de trechos irrelevantes ou a modificação de palavras e frases para aprimorar a clareza e a concisão da mensagem.

Esse processo é iterativo e fundamental para refinar a comunicação escrita, garantindo que o texto seja direto e livre de ambiguidades.

Por outro lado, a formatação abrange a aplicação de atributos visuais ao texto, que vão desde a escolha da fonte e seu tamanho até a definição de cores, estilos (negrito, itálico, sublinhado) e alinhamentos.



Negrito, itálico e sublinhado, nesta ordem.



Alinhamentos: à esquerda, centralizado, à direita e justificado.

A formatação não é meramente estética, mas atua diretamente na hierarquização das informações, destacando pontos-chave e facilitando a leitura.

Por exemplo, o uso consistente de negrito para títulos de seção e de itálico para termos técnicos na primeira menção ajuda o leitor a identificar rapidamente a estrutura e os conceitos importantes.

A combinação eficaz da edição e da formatação transforma um rascunho em um documento polido, visualmente atraente e fácil de ser compreendido, adequado para publicações, relatórios ou apresentações formais.

Dominar essas ferramentas permite ao usuário controlar precisamente a aparência e o conteúdo do material, assegurando que ele atenda aos padrões de qualidade exigidos em ambientes profissionais e acadêmicos.

Além disso, a capacidade de aplicar estilos de forma consistente em todo o documento, utilizando os recursos de estilos do Word, otimiza o tempo e garante a uniformidade visual, um aspecto fundamental em documentos extensos e complexos.

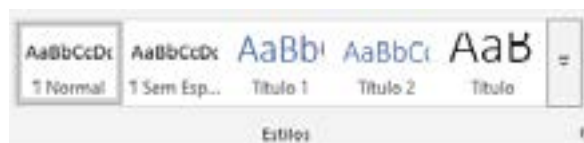
### Estilos e Temas

Os estilos e temas no Microsoft Word são ferramentas poderosas que permitem a aplicação consistente de formatação e design em todo o documento, otimizando o processo de criação e garantindo uma aparência profissional.

Um estilo é um conjunto predefinido de características de formatação, como fonte, tamanho, cor, espaçamento de parágrafo e alinhamento, que pode ser aplicado a textos, títulos, listas e outros elementos.

Por exemplo, o estilo “Título” pode definir uma fonte específica, um tamanho maior e um espaçamento antes e depois do parágrafo, garantindo que todos os títulos de nível no documento tenham a mesma aparência.

A utilização de estilos não só economiza tempo, como também facilita a manutenção do documento, pois qualquer alteração no estilo é automaticamente refletida em todas as instâncias em que ele foi aplicado. Isso é particularmente útil em documentos longos, nos quais a consistência é necessária.



Estilos no Word.

Os temas, por sua vez, são conjuntos de opções de formatação predefinidas que incluem cores, fontes e efeitos visuais, aplicáveis a todo o documento.

Ao escolher um tema, o Word ajusta automaticamente as cores e fontes dos estilos, gráficos e outros elementos visuais para corresponder ao tema selecionado, criando uma estética coesa e harmoniosa.

Por exemplo, um tema pode definir uma paleta de cores específica para gráficos e uma combinação de fontes para títulos e corpo de texto.

A aplicação de temas é uma maneira rápida de alterar a aparência geral de um documento sem a necessidade de formatar cada elemento individualmente.

A combinação estratégica de estilos e temas permite ao usuário criar documentos visualmente atraentes e profissionalmente formatados com eficiência, mantendo a uniformidade e a coerência em todo o material.

A capacidade de personalizar e gerenciar esses elementos é um diferencial para a produção de documentos de alta qualidade.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## FUNDAMENTOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

A supervisão escolar ocupa um lugar basilar na organização do trabalho pedagógico, porque se situa no ponto em que currículo, ensino, formação docente, acompanhamento da aprendizagem e gestão institucional passam a se encontrar de modo mais direto. Por essa razão, ela não pode ser compreendida apenas como uma função administrativa, ou como uma instância acessória da escola, já que seu campo de atuação envolve a leitura do cotidiano, o apoio à prática pedagógica e a articulação de processos coletivos. Na legislação brasileira, sua formação aparece vinculada ao campo da pedagogia e da pós-graduação, o que revela que se trata de atividade reconhecida como parte da estrutura profissional da Educação Básica.

Ao longo de sua trajetória no Brasil, contudo, a supervisão escolar foi sendo produzida por disputas de sentido bastante intensas. Em determinados períodos, prevaleceu uma imagem mais próxima da inspeção, do controle e da regulação do trabalho docente; em outros, ganhou força uma compreensão mais pedagógica, dialógica e articuladora, ligada à formação continuada, ao projeto pedagógico e à melhoria das aprendizagens. É justamente essa oscilação histórica que explica por que a supervisão escolar ainda hoje aparece, ao mesmo tempo, como função técnica, política e pedagógica.

### HISTÓRICO

A formação histórica da supervisão escolar não começou, propriamente, com a escola contemporânea tal como hoje se conhece, mas com práticas de vigilância, acompanhamento e verificação do ensino que antecedem a constituição dos sistemas escolares modernos. Parte da literatura mostra que a narrativa clássica sobre a área costuma relacioná-la a funções de fiscalização e regulação, marcadas pela forte preocupação com a ordem, a disciplina e a conformidade institucional. No caso brasileiro, esse passado ajuda a compreender por que a supervisão demorou a ser percebida como mediação pedagógica e permaneceu, durante muito tempo, associada a mecanismos de controle do trabalho escolar.

Na segunda metade do século XX, especialmente entre o final dos anos 1960 e a década de 1970, a supervisão escolar foi fortemente impactada pelo modelo de especialização do curso de pedagogia e pelas reformas educacionais do período. O antigo esquema das habilitações formava especialistas em administração, orientação, inspeção e supervisão escolar, consolidando a figura do pedagogo especialista e reforçando uma divisão técnica do trabalho pedagógico. Nesse contexto, a reforma educacional de

1971 e a racionalidade tecnicista então predominante favoreceram uma leitura da supervisão como função de acompanhamento técnico, padronização e controle da execução curricular.

Com a redemocratização e a reconstrução do campo educacional a partir da Constituição Federal (CF), de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, esse desenho começou a ser tensionado de maneira mais consistente. A escola passou a ser pensada sob o signo da gestão democrática, da participação e da centralidade do projeto pedagógico, o que deslocou a supervisão de um lugar mais fiscalizador para um espaço de coordenação, escuta, mediação e acompanhamento do trabalho educativo. Mesmo assim, a literatura especializada insiste que a marca reguladora não desapareceu por completo, permanecendo como traço que convive, em tensão, com concepções mais críticas e formativas.

### LEGISLAÇÃO


A supervisão escolar apoia-se em um conjunto de dispositivos que articulam formação profissional, gestão democrática e responsabilidade institucional com a aprendizagem. A Constituição e a LDB estabelecem princípios como pluralismo de ideias, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade, criando a base jurídica para que a supervisão seja lida como trabalho voltado à organização pedagógica da escola. A própria LDB também vincula a educação escolar ao mundo do trabalho e às práticas sociais, o que amplia o horizonte de atuação da supervisão para além do cumprimento formal de rotinas escolares.

Em sentido mais específico, o art. 64 da LDB dispõe que a formação dos profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional na Educação Básica deve ocorrer em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação. Esse dispositivo é particularmente relevante porque insere a supervisão no interior das profissões da educação e lhe confere estatuto técnico-pedagógico próprio, afastando a ideia de que se trate de um exercício intuitivo da gestão escolar. Ao mesmo tempo, a norma indica que a supervisão compartilha uma base comum com outras áreas da organização educacional, o que reforça seu caráter articulador no interior da escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de pedagogia, fixadas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 2006, consolidaram uma mudança importante nesse cenário. O texto estabelece que a licenciatura em pedagogia forma professores para atuar também na área de serviços e apoio escolar e assegura a formação dos profissionais previstos no art. 64 da LDB, além de revogar expressamente a Resolução CFE nº 2, de 1969, que sustentava o antigo regime das habilitações. Com isso, a supervisão deixa de estar ligada apenas à velha figura do especialista fragmentado e passa a ser reinterpretada em diálogo mais direto com a docência, a gestão pedagógica e a organização do trabalho educativo.


Essa base legal foi sendo ampliada por normas que reforçam a participação coletiva na vida da escola. A LDB, em sua redação atual, mantém a gestão democrática como princípio do ensino público e, desde a Lei nº 14.644, de 2023, passou a prever também a instituição de conselhos escolares e fóruns dos conselhos

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)